



Processo nº: 197415/2014-2 SET.
Interessado: **Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A.**
Inscrição nº: 20.241.565-1
CNPJ nº: 12.851.098/0001-70
Endereço: Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 464-A, Sala 03, Centro,
Lagoa Nova- RN. CEP: 59390-000
Assunto: **CONSULTA**

DECISÃO Nº. 28/2014 – COJUP

Diferimento do ICMS. Aquisições de máquinas e equipamentos para o ativo fixo a serem utilizados, exclusivamente, no processo produtivo do estabelecimento adquirente. Geração de energia elétrica. Estabelecimento Industrial. Observância da TIPI e da imprescindibilidade do produto adquirido com a atividade fim do estabelecimento.

O RELATÓRIO

A consultante, supra qualificada, afirma que atua no ramo de atividade de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tendo como foco específico projetos de geração de energia elétrica decorrentes de fontes eólicas.

Explana e indaga:

1. A empresa faz jus aos benefícios do ICMS, como o diferimento do ICMS previsto nos art. 60 e 61 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.640/97?

2. A posição 8544.60.00 da NCM é referente a Outros condutores elétricos para tensão superior a 1000V, mais comumente chamados de cabos elétricos, que são exatamente os cabos condutores de eletricidade que levam a energia bruta produzida até a subestação.

3. As posições da NCM 8537.20.00, 8537.20.10 e 8537.20.90, são referentes a Quadros, gabinetes, etc., mais comumente chamados de quadros elétricos, que são exatamente os quadros de circuitos elétricos e os seus componentes, partes integrante do aerogerador e também da subestação.



4. As posições 8502.11.10 e 8502.11.90 da NCM são referentes a Geradores de corrente, mais comumente chamados de geradores elétricos, que são utilizados em emergência, no caso de pane no aerogerador e na subestação.

Assevera que os produtos relacionados nas referidas posições da NCM são de utilização permanente na construção dos parques e de absoluta necessidade, sem os quais não seria possível transportar a energia produzida até a subestação.

Entende que tanto os cabos elétricos, outros condutores elétricos, isoladores, cordas, cabos, trancas de cobre como o para-raios são bens de seu ativo fixo, motivo pelo qual entende que a empresa faz jus ao diferimento do ICMS nas aquisições destes produtos, vez que não há sentido em montar a torre e o aerogerador, sem que haja meio de transportar a energia gerada até a subestação. Esse nosso entendimento é correto?

A Consulente declara que não se encontra sob procedimento fiscal ou foi intimada a pagar tributos, assim como não existe nenhum litígio pendente, relativos ao objeto da presente consulta.

É o que importa relatar.

O MÉRITO

Versa a presente consulta sobre diferimento do ICMS nas operações interestaduais de aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo de estabelecimento industrial gerador de energia elétrica decorrente de fontes eólicas.

O Regulamento-do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº. 13.640, de 13 de novembro de 1997, em seus artigos 60 e 61, estabelece que o recolhimento do ICMS de operações de importações ou aquisições interestaduais de máquinas e equipamentos, destinadas ao ativo fixo e efetuadas por estabelecimento industrial, fica diferido para o momento em que ocorrer a transferência interestadual dos respectivos bens ou a desincorporação do ativo fixo.



Condiciona à concessão do diferimento do ICMS as aquisições de máquinas e equipamentos a serem utilizados, exclusivamente, no processo produtivo do estabelecimento adquirente, conforme prescrevem os dispositivos infracitados, *in verbis*:

*"Art. 60. Nas operações de importação do exterior de **máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo de estabelecimento industrial, agropecuário, aquícola, de empresa jornalística, de televisão por assinatura, de radiodifusão, estabelecimento gráfico ou editorial, o pagamento do ICMS fica diferido para o momento em que ocorrer:***

I- a transferência interestadual dos respectivos bens;

II- a desincorporação do ativo fixo.

§1º (Revogado).

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica às operações que envolvam máquinas e equipamentos utilizados na exploração ou produção de petróleo e gás natural ou seus derivados.

§ 3º O disposto no caput deste artigo só se aplica a máquinas e equipamentos a serem utilizados, exclusivamente, no processo produtivo do estabelecimento adquirente, excetuada a hipótese do § 4º.

§ 4º O disposto no caput deste artigo se aplica, ainda, aos contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCE) sob a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 8220-2/00.

Art. 61. Nas entradas interestaduais de máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo de estabelecimento industrial, agropecuário, aquícola, de empresa jornalística, de televisão por assinatura, de radiodifusão, estabelecimento gráfico ou editorial, o pagamento do ICMS referente ao diferencial de alíquota fica diferido para o momento em que ocorrer quaisquer das hipóteses previstas no art.



60 deste Regulamento.

§ 1º (Revogado).

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica às operações que envolvam máquinas e equipamentos utilizados na exploração ou produção de petróleo e gás natural ou seus derivados.

§ 3º O disposto no caput deste artigo só se aplica a máquinas e equipamentos a serem utilizados, exclusivamente, no processo produtivo do estabelecimento adquirente, excetuada a hipótese do § 4º.

§ 4º O disposto no caput deste artigo se aplica, ainda, aos contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCE) sob a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 8220-2/00.

Art. 62. Para fazer jus aos benefícios previstos no artigo 60, deverá o contribuinte dirigir-se à SUSCOMEX, portando o documento "Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS" (Anexo 97), para liberação das mercadorias."

Grifos acrescentados

Para fazer jus a fruição do diferimento do imposto o contribuinte deve estar adimplente com suas obrigações tributárias, não inscrito na dívida ativa deste Estado, exercer uma das atividades relacionadas na norma regulamentar e ser credenciado na forma prevista no art. 130-A, § 3º do Regulamento do ICMS, conforme se depreende da leitura dos dispositivos abaixo mencionados, *in verbis*:

"Art. 63. Para beneficiar-se do disposto nesta Seção é necessário que o contribuinte:"

I- esteja em dia com suas obrigações tributárias principal e acessórias;

II- não esteja inscrito na dívida ativa deste Estado;

III- esteja efetivamente enquadrado na condição de estabelecimento industrial, agropecuário, aquícola, de empresa jornalística, de



televisão por assinatura, de radiodifusão, estabelecimento gráfico ou editorial, comprovado através da verificação de suas operações e do CNAE no Cadastro de Contribuintes do Estado;

V - esteja credenciado nos termos do ato de que trata § 3º do art. 130-A deste Regulamento;

(...)

Art. 130-A. O recolhimento do ICMS deverá ser realizado nos seguintes prazos:

(...)

§ 3º Ato do Secretário de Estado da Tributação poderá dispor sobre credenciamento dos contribuintes inscritos no CCE, possibilitando o recolhimento do ICMS antecipado no prazo previsto no inciso V do caput deste artigo."

O recolhimento do ICMS diferido deve ser efetuado, quando ocorrer a transferência interestadual dos bens ou sua desincorporação do ativo fixo, até o dia 15 do mês subsequente ao da desincorporação ou transferência, devendo ser identificado o pagamento através do código 9001 - ICMS IMPORTAÇÃO DIFERIMENTO ou 9002 - ICMS ATIVO PERMANENTE DIFERIMENTO, conforme o caso, de acordo com o que prescrevem os §§ 1º, 2º e 7º do art. 63 do Regulamento do ICMS, *in verbis*:

"Art. 63. (...)

(...)

§ 1º Encerrada a fase de diferimento, o ICMS devido será recolhido através do código 9001 - ICMS IMPORTAÇÃO DIFERIMENTO ou 9002 - ICMS ATIVO PERMANENTE DIFERIMENTO, de acordo com o caso, até o dia 15 do mês subsequente ao da desincorporação ou transferência devendo o crédito fiscal ser utilizado no mês do efetivo recolhimento.

§ 2º O montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do imposto diferido e recolhido na forma prevista no § 1º, por fator igual a um quarenta e oito avos e



pela quantidade de meses em que o bem esteve incorporado ao patrimônio da empresa, observada a proporcionalidade de que trata o inciso III, do § 5º do art. 105, deste Regulamento.

(...)

§ 7º O não recolhimento do ICMS nos prazos previstos sujeitará o contribuinte ao pagamento de juros e acréscimos moratórios, somente podendo beneficiar-se de novo deferimento após a sua regularização.”

A atividade de geração de energia elétrica está incluída dentre os tipos de indústria como indústria de base, forma genérica de enquadrar as indústrias de bens de produção, aquelas que fornecem os bens intermediários que são adquiridos em grande quantidade pelas indústrias manufatureiras.

As principais indústrias de base são a extrativa, a mineradora, a química, a de exploração de recursos energéticos e a metalúrgica ou pesada.

Nesse diapasão, a atividade desenvolvida pela consulente a enquadra como estabelecimento industrial, embora seu CNAE identifique sua atividade apenas como geração de energia elétrica.

Em assim sendo, o diferimento do ICMS de que trata o art. 60 e 61 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº. 13.640, de 1997, aplica-se a atividade de geração de energia elétrica, por ser enquadrada como indústria de base.

Ressalte-se que as máquinas e equipamentos cujas partes e peças que os integram, quando transportadas separadamente ou no caso de produto cuja unidade não possa ser transportada de uma só vez, também gozam do diferimento do ICMS de que tratam os arts. 60 e 61 do Regulamento do ICMS.

O entendimento da Coordenadoria de Fiscalização desta Secretaria de Estado da Tributação, exarado anteriormente, é que são considerados como máquinas e equipamentos os produtos relacionados na Seção XVI, capítulos 84 e 85 e Seção XVIII, capítulo 90, opinando pela aplicação da TIPI para efeitos do diferimento do ICMS de que tratam os artigos 60 e 61 do RICMS.



Verifica-se que os produtos citados pela Consulente estão relacionados na Seção XVI, capítulo 85, da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados – TIPI, os quais são considerados bens do ativo fixo imprescindíveis para a finalidade a que se destina a atividade de geração de energia elétrica.

O Regulamento do ICMS, em seu artigo 105, § 6º, considera como bens do ativo permanente as máquinas, os equipamentos, instrumentos, móveis, utensílios, veículos e outras mercadorias, cuja vida útil ultrapasse a 12 (doze) meses de uso.

Por outro lado, no § 7º do mesmo artigo excetua do conceito de ativo permanente quaisquer bens ou mercadorias destinados à edificação de bem imóvel, independentemente da vida útil.

Além do mais, o RICMS no artigo 113, § 5º, considera como alheios a atividade do estabelecimento, os bens, materiais, mercadorias ou serviços não destinados à utilização na comercialização, na industrialização, na produção, na extração, na geração, a exemplo dos bens do ativo permanente adquiridos para locação a terceiros ou para fins de investimento ou especulação, ressalvados os bens do ativo imobilizado efetivamente utilizados, empregados ou consumidos pelo contribuinte do imposto.

A DECISÃO

Com supedâneo nas normas regulamentares, informa-se a Consulente, na ordem em que foram formulados os quesitos:

a) A Consulente faz jus ao diferimento do ICMS de tratam os arts. 60 e 61 do RICMS, quando das aquisições de bens do ativo imobilizado, a serem utilizados, exclusivamente, em seu processo produtivo.

Ressalte-se que para usufruir do diferimento do ICMS, quando das referidas aquisições, a Consulente deve atender as condições de que trata o art. 63,



incisos I a III e V, do RICMS.

b) Estão amparadas pelo diferimento do ICMS de que tratam os arts. 60 e 61 do RICMS as aquisições dos produtos relacionados na Seção XVI, capítulo 85, da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados – TIPI, vez que são considerados equipamentos imprescindíveis para a realização da atividade fim da Consulente.

Saliente-se que fazem jus ao diferimento do ICMS de que tratam os art. 60 e 61 do RICMS, as aquisições de máquinas e equipamentos relacionados nos capítulos 84, 85 e 90 da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados – TIPI, a serem utilizados, exclusivamente, no processo produtivo do estabelecimento adquirente.

Recorro de ofício desta decisão ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Tributação, em conformidade com o disposto no art. 148, §3º, do Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário, aprovado pelo Decreto nº. 13.796, de 16 de fevereiro de 1998.

Depois de homologada, encaminhe-se o presente processo ao Protocolo Geral desta Secretaria para ciência a interessada, entregando-lhe cópia-recibo desta decisão.

Remeta-se cópia desta decisão a 3ª URT e a CAT para conhecimento.

Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais, 5 de setembro de 2014.


Lucimar Bezerra Dubeux Dantas
Julgadora Fiscal - Mat. 8.655